

PREFÁCIO

Comparativamente, a escravidão no Brasil lhes pareceu obedecer a um código mais humano ou mais fraternal do que em outras regiões. [...] Não será o estereótipo mencionado acima uma dessas elaborações ideológicas, uma racionalização de escritores brancos ou de qualquer forma ligados à estrutura de dominação do branco? Se os estudos sobre negros fossem realizados preponderante por negros, não teriam eles assumido um outro caráter? Essa indagação está desafiando quem quer que seja capaz de aproveitar os atuais recursos da sociologia do conhecimento
(Alberto Guerreiro Ramos, 2023, p. 101).

Fiquei honrada em prefaciá-lo este volume da Coletânea José Paulo Netto voltada para o debate sobre a questão racial e de gênero, que você, leitor(a) terá o prazer de conhecer. Agradeço às organizadoras pela oportunidade de dialogar sobre o racismo e outras ideologias de dominação que estruturam as relações sociais desiguais e hierárquicas assentadas na Modernidade. Os textos vislumbram as inquietações, sugerindo proposições teórico-metodológicas e ético-políticas no enfrentamento do racismo, do sexismo e classe social que promoveram férteis reflexões apoiada na produção de conhecimento dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta iniciativa, que em muito qualifica nossos programas de Pós-Graduação, vai ao encontro dos objetivos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das políticas valorativas, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Nesse sentido, trago algumas ideias que são compartilhadas em meus escritos, mas ganham sentido no diálogo coletivo, sempre que ele é propício.

A inteligibilidade do racismo no mundo globalizado, requer a ultrapassagem de suas manifestações aparentes. A dura materialidade da discriminação e do preconceito raciais, suas múltiplas determinações condicionam a existência de mais da metade da população brasileira¹ ao abandono e às sistemáticas violências estruturais e institucionais pelos agentes do Estado. Essas por si só, não explicam, *per si* a complexidade dos processos de exploração/opressões.

O racismo estrutural, segundo Almeida (2018, p. 16) “[...] fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. Abandonada sua função precípua de dominação, como uma potente arma ideológica de subjugação e exploração da classe trabalhadora, corremos o risco de reproduzir privilégios econômicos, políticos, direcionando mormente as(os) trabalhadoras(es) negras(os) às franjas marginais e nossa luta pela emancipação é fadada ao fracasso histórico.

Fatores estruturais como a propriedade privada e o acesso à terra, ou a remoção forçada de quem as ocupa por direito, são tensões derivadas do processo contraditório de acumulação da riqueza e questões vitais à manutenção da ordem capitalista, que, no Brasil contou com a sustentação do sistema jurídico colonial punitivista (Ribeiro, 2020). Nesta esteira, o racismo, a raça, o gênero, a origem, o credo e a sexualidade relacionam-se dialeticamente e interseccionalmente, atuando como agentes estruturais e estruturantes das relações sociais de dominação/opressão nas sociedades historicamente fundadas pelo sistema de *plantation* e pelo escravismo colonial, bases econômicas e políticas do capitalismo dependente brasileiro.

¹ De acordo com o Censo de 2022, a população autodeclarada negra corresponde a 55,04% do total da população brasileira, ou seja, a 110 milhões de pessoas. Desagregando este grupo racial por cor, temos 10,02% de pretos e 45,3% de pardos. Censo demográfico 2022. Ministério da Igualdade Racial.

Por esta razão, o projeto colonial construtivo da sociedade brasileira promoveu, segundo Silva (2021, p. 55) “[...]o encobrimento de sua origem como colônia [...] o poderoso conflito resultante da exploração e da violenta opressão contra os povos originários e os africanos escravizados”. Forja, desde então, relações sociais hierárquicas que atravessam desde o século XVI aos dias atuais, conformando no tempo histórico passado e presente, a exploração do trabalho em resposta às resistências frente às contradições que forma a dinâmica das lutas classes. Conflito “[...] escamoteado por uma abolição sem direitos para os negros e pela imposição da condição de indivíduos tutelados aos povos indígenas” (Silva, 2021, p.55).

Em 2014, escrevi um artigo original no Serviço Social², no qual procurei estabelecer os nexos entre genocídio da população negra, racismo e capitalismo a partir do debate da categoria sociológica *diáspora negra transnacional* e *colonialismo*. Em diálogo com o pensamento moureano afirmo que o empreendimento colonial dos europeus no século XV não foi exclusivamente econômico. A raça e o racismo foram determinações consolidadoras de um processo vertical, tratado pelo autor de *complicador étnico, mutilador e estrangulador cultural*.

Complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas - América do Norte, Caribe e América do Sul - o componente africano que veio não apenas dinamizar demograficamente essas áreas, mas, também, involuntariamente consolidar, com seu trabalho o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador cultural Poe que impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isso desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados (Moura *apud* Almeida, 2014, p. 140-141).

Esse estrangulador étnico permitirá, a partir de uma sólida base ideológica, avançar na falsa ideia de inferiorização civilizatória africana, afro-brasileira e dos povos originários, a partir de processos de naturalização *do político*, para erigir o projeto de nação hegemônico, no qual não caberá a humanidade negra, indígena, feminina e dissidente ao modelo heteronormativo. Desumanizar é o propósito - manter africanos, afro-brasileiros e povos originário, mulheres, crianças e dissidentes sexuais na zona do não ser - vidas dilaceradas pelas relações sociais desiguais e assimétricas fundadas pelas estruturas sexistas e suprematistas brancas herdadas do colonialismo/imperialismo.

Tais proposições assimiladas pela burguesia nacional, logrou delimitar seu lugar social de poder e privilégios. Mesmo com o aprofundamento da crise capitalista na segunda década do século XXI, em 2016, os setores dominantes em defesa dos interesses do capital e da classe dominante emplacaram um duro golpe na democracia burguesa quando promovem o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff abrindo as portas para a ascensão ao poder de um governo de extrema-direita em 2018.

Nesta conjuntura, a crise pandêmica, iniciada em 2020, aprofundou o colapso econômico global, aumentou a taxa de desemprego, assim como, exponencialmente, a precarização dos mercados nacionais de trabalho. As mulheres negras, as populações residentes e trabalhadores em territórios periféricos, a crise migratória, as populações sem teto ou moradoras em situação de rua e a questão ambiental, são expressões agudas da barbárie. Neste cenário, processos de violência racial e étnica marcarão políticas de genocídio, emanadas dos /nos Estados Nação, motivando fortes iniciativas globais de resistências.

² A respeito Cf. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo, 2014.

Fenômenos como encarceramento em massa, a política de guerra as drogas serão manejadas como estratégias privilegiadas da Segurança Pública militarizada pelo poder público. Todavia, acerca do enfrentamento dessa política de morte, não podemos deixar de mencionar a força pungente do movimento de mães e familiares vítima de violência de Estado. Este em confronto sistemático com seu algoz, o Estado, diante de processos de revitimização sistemática, denunciam a violência racial, policial e do sistema de justiça, a ineficiência da rede de atendimento e cobram políticas públicas de cuidado de atenção psicossocial humanizadoras.

Este preâmbulo é uma contribuição a contextualização do debate proveniente dos artigos desta Coletânea. A preocupação dos(as) autores(as) aponta para questões vitais no enfrentamento do racismo, sexismo e exploração de forma interseccional na sociedade capitalista e sua interpretação à luz da tradição marxista em seu pluralismo em termos de corrente de pensamento. Apresento um excerto do texto de José Paulo Netto que considero verdadeiro neste diálogo

Eu acho que o bom conhecimento teórico-metodológico não garante, de partida, êxito de pesquisa nenhuma. Não sou anarquista metodológico, mas podia citar inúmeros exemplos, em várias áreas das chamadas Ciências Sociais, e inclusive da história, que mostram claramente que não é a preparação teórico-metodológica que garante o êxito da pesquisa ou da investigação. O que garante o êxito da pesquisa, da investigação, é a riqueza cultural do sujeito que pesquisa. Investigador ignorante, pesquisa estreita. Investigador rico, resultados fecundos e instigantes. E é evidente que essa riqueza do pesquisador implica o conhecimento de vários modelos e padrões analíticos e ele tem que trabalhar segundo as suas opções que devem ser explicitadas (Netto, s/d, p. 75).

Dessarte, situo os temas tratados por eles, elas ou el@s, nos processos de produção de conhecimento, condicionado, indubitavelmente pela condição de classe, gênero e raça de cada trabalho. A riqueza cultural dos(as)(es) sujeitos(as) da pesquisa é o fator relevante. Não é minha intenção apresentar cada trabalho em sua singularidade, mas os temas que os aproximam e, indubitavelmente, foram propulsores das pesquisas desta Coletânea.

O repertório temático inicial situa trabalhos que tratam de política pública e do combate ao racismo e à superexploração da força de trabalho. Destaca a perspectiva de gênero e de raça com enfoque no superencarceramento, assim como a saúde da população negra na formação social e a situação de mulheres enquanto refugiadas. Este bloco compõe um campo fértil para reflexões sobre políticas públicas e antirracismo.

Temas relevantes como a luta dos povos indígenas em defesa da democracia e cidadania, os processos de remoção de favelas em um município do Estado do Rio de Janeiro, se conjugam com as interseções entre marxismo e decolonialidade, e figuram à luz das relações econômicas e étnico raciais.

Assim, destaco os textos que consagram o debate sobre os processos de expropriações, tendo o racismo como determinante. O trabalho reprodutivo, a vida das mulheres e as estratégias de professoras no ensino superior, visando a conciliação entre o trabalho docente e o trabalho doméstico, se alinham à discussão proposta sobre a colonialidade do cuidado e o sofrimento psíquico feminino.

A epígrafe que abre este prefácio do grande intelectual negro Alberto Guerreiro Ramos, nos mostra a potência da crítica do pensamento negro frente ao projeto decadente do colonialismo intelectual e dos epistemicídios como projeto do capital, escritos em um tempo no qual a população negra sequer tinha acesso à educação básica. Que possamos romper com as falácias

desenvolvimentistas através de nossas pesquisas fundamentadas nas perspectivas interseccional de raça, gênero, sexualidade e classe no campo da Teoria Social Crítica.

Excelente leitura!

Magali da Silva Almeida

Docente do Instituto de Psicologia da Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social
Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia

Outono de 2024

Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 12, n. 34, 2015. DOI: 10.12957/rep.2014.15086. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

NETTO, José Paulo. **Relendo a teoria marxista da história**. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. Anais do IV Seminário Nacional. Marxismo XXI. S/D.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou. A questão étnico -racial e o Brasil**: ensaios, artigos e outros textos. BARBOSA, S. Muryatan (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SÁ, Edvaldo Batista de; SANTOS, Yuri Luciano; SILVA, Tatiana Dias. Ed. **Censo Demográfico 2022**. Ministério da Igualdade Racial (Informe MIR- Monitoramento e avaliação, nº3), Brasília: DF, fev/2024, 13 p.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. ELPIDIO, Maria Helena et al (Orgs). **Desafios para o serviço social na luta antirracista**: questão étnico racial em debate. São Paulo, Annablume, 2021. p. 56–73.